**TERMO DE REFERÊNCIA**

**(Anexo V)**

 **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS LED INSTALADAS E ACESSÓRIOS EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES-SC**

1. **INTRODUÇÃO**

O presente termo de referência estabelece os critérios e exigências mínimas a serem atendidas para o registro de preços para aquisição de luminárias led instaladas e acessóriosnos pontos de ILUMINAÇÃO PÚBLICA para atendimento ao Município de **Faxinal dos Guedes**/SC.

Os quantitativos estabelecidos na proposta de preços (anexo VI), são meramente estimativos, não estando a Administração Pública obrigada a proceder à sua contratação.

Além das exigências aqui especificadas, os equipamentos deverão estar de acordo com as Normas, Portarias e Instruções Técnicas vigentes dentro do território Nacional.

1. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO**

A modernização, parcial ou não, dos parques de iluminação pública, ou retrofit (troca/substituição), já que mantém a estrutura física existente, consiste na substituição direta de pontos de iluminação existentes, (vapor sódio/mercúrio etc) por luminárias e/ou equipamentos mais modernos, de melhor desempenho e maior eficiência para assegurar melhores níveis de luminosidade e a redução do consumo e custo. A tecnologia LED, hoje já amplamente disponível no mercado e já se afigura como uma excelente alternativa para a modernização de parques de iluminação com vantagens expressivas sobre as lâmpadas atualmente utilizadas, em especial quanto ao consumo de energia, segurança pública, impacto ambiental, durabilidade e a eficiência luminosa. Em geral, a potência das luminárias LED é entorno de 65% da potência das lâmpadas de sódio e entorno de 75% em relação às de vapor de mercúrio, ainda largamente utilizadas nos parques de iluminação.

Os equipamentos do parque de iluminação pública atual da cidade de **Faxinal dos Guedes** estão depreciados em grande parte, apesar dos esforços da administração municipal em realizar a manutenção periódica de lâmpadas, reatores, braços, postes e luminárias. No decorrer do tempo (as estruturas de iluminação existem há mais de 30 anos), ocorreram depreciações consideráveis, resultando baixa eficiência dos equipamentos de iluminação e manutenção elevada. Ainda, muitas luminárias existentes utilizam tecnologias antiquadas, com sistema óptico com baixa eficiência (luminárias abertas ou ainda com grades), apresentando isolação elétrica comprometida e reduzida qualidade luminosa, estando muitos dos equipamentos em desacordo com as boas práticas e normas brasileiras.

Aliada a estas constatações, muitas lâmpadas existentes foram instaladas em ruas que ao longo do tempo tornaram-se vias de importantes no fluxo de pedestres e veículos automotores, necessitando de maior fluxo luminoso e outras vias necessitam de adequações na eficiência energética devido ao desperdício de energia elétrica.

Considera-se também hoje não possuir padronização dos equipamentos e acessórios destinados à iluminação pública, resultando em uma quantidade enorme de itens para efetuar a reposição e/ou manutenção. Este fator dificulta sobremaneira a equipe de manutenção, pois há necessidade de quando da saída à campo, levar uma variedade considerável de lâmpadas, reatores e acessórios. Além disso, sobrecarrega o espaço no almoxarifado e quando da aquisição de materiais para a manutenção por meio de licitação, há uma considerável gama de itens a serem relacionados.

Atualmente, a evolução tecnológica ocorrida com o desenvolvimento do LED (Diodo Emissor de Luz) aplicado às luminárias públicas, proporcionam eficiência energética com redução no consumo de energia elétrica e consequente redução na fatura mensal junto à concessionária, maior rendimento na relação lúmens por watt, melhor índice de reprodução de cores, melhoria na qualidade da uniformidade do fluxo luminoso, menor fator de manutenção e ainda esta tecnologia contribui para a sustentabilidade (o LED não utiliza mercúrio, ao contrário das lâmpadas atualmente empregadas).

Esta tecnologia LED está consolidada e com custos mais acessíveis às municipalidades, sendo uma tendência mundial de substituição das lâmpadas vapor de sódio, multivapores metálicos entre outros modelos por luminárias públicas LED, sendo que as especificações e exigências técnicas já se encontram descritas nas normativas e regulamentações brasileiras.

Diante do exposto, este termo de referência tem como objetivo eficientizar a totalidade do parque luminotécnico do município de **Faxinal dos Guedes**/SC.

2.1 DA JUSTIFICATIVA PARA ENQUADRAMENTO COMO BEM E SERVIÇOS COMUNS

Embora a Lei do Pregão nos forneça um conceito do tipo aberto sobre o que seja comum, após analisar três aspectos, quais sejam: a possibilidade de padronizar o objeto por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente; se havia disponibilidade neste mercado deste sistema e verificado se as especificações adotadas eram usuais neste mesmo mercado, a presente aquisição foi considerada comum, uma vez que nada mais são que equipamentos produzidos em linha pelas indústrias, e verificou-se que as especificações eram usuais nesse mercado.

O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens/serviços comuns de que trata a Lei nº 10.520/02, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

Segundo o doutrinador Marçal Justen Filho, nos ensina: “...*bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio*....”.

E ainda, sobre o assunto o Tribunal de Contas da União através da **SÚMULA TCU 270, decidiu:**

“...7. De início, observo que o texto de enunciado proposto objetiva abranger não apenas as licitações para compras, mas também as referentes a obras e serviços, estando fundamentado também no art. 7º, § 5º, e 11 da Lei nº 8.666/1993, transcritos a seguir:

[...]

8. No entanto, percebe-se que a padronização exigida no art. 11 é apenas em relação a projetos, nos casos em que há mais de uma obra destinada ao mesmo fim. Portanto, não há como relacionar a vedação pela escolha de marcas estabelecida no art. 7º, § 5º, com a padronização de projetos do art. 11.

9. Por outro lado, em licitações relacionadas a compras, o princípio da padronização, mencionado no art. 15, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, tem como objetivo estabelecer critérios para definir as características e o desempenho desejados para determinado produto a ser adquirido pela Administração.

[...]

10. O objetivo é simplificar a aquisição, garantindo a qualidade do bem e facilitando a operação e a manutenção. Para alcançar essa finalidade, em algumas situações, é necessária a indicação de marca, para a qual a jurisprudência do TCU considera ser indispensável prévia justificação. [...]:

[...]

11. Além disso, verifico que a quase totalidade dos precedentes anexados à proposta de elaboração de súmula trata de compras (muitas relacionadas a produtos de informática) e são uníssonas quanto à possibilidade de indicação de marca justificada previamente e condicionada à necessidade da busca pela padronização.

12. Por essa razão, pedindo escusa por discordar da proposta da Seses, ratificada pela Comissão de Jurisprudência, entendo que o enunciado deve restringir-se a certames cujo objeto é a aquisição de bens, para que retrate, de fato, o entendimento sólido deste Tribunal de Contas. Dessa forma, sugiro a seguinte redação, que acredito ser mais adequada à jurisprudência majoritária:

Portanto, a definição de bens e serviços comuns inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e ainda os que possam ser objetivamente descritos, sendo este o entendimento do Tribunal de Contas da União. Podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

A decisão por registrar preços deu-se pelo fato desta contratação atender a um Projeto que está sendo implantado em toda a cidade, atendendo assim a vários órgãos dos municípios, em concordância com o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A licitação em tela, objeto deste Termo de Referência, será levada a cabo por meio de seleção de propostas pela modalidade de licitação PREGÃO PRESENCIAL e pelo tipo MENOR PREÇO GLOBAL considerando-se um LOTE único dividido em ITENS, na forma prevista no art. 45, §1º, I da Lei nº 8.666/93.

2.2 DA JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO EM LOTE ÚNICO – MENOR PREÇO GLOBAL

Embora o sistema de registro de preços, registra-se que o julgamento deverá ocorrer de modo global para o LOTE integral com a sua composição. Revela-se inviável, promover a adjudicação por vários itens, para o caso em tela, sendo fortes as razões a demonstrar ser esse o critério que conduzirá a contratações economicamente mais vantajosas.

O § 3º DO ART. 3º da Instrução Normativa nº 2/08 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que nos serve de referência, prevê excepcionalmente a possibilidade de a Administração instaurar licitação global, em que serviços distintos podem ser licitados e contratados conjuntamente, desde que formalmente comprovado que: I - o parcelamento torna o contrato técnica, econômica e administrativamente inviável ou provoca a perda de economia de escala; e II - os serviços podem ser prestados por empresa registrada e sob fiscalização de um único conselho regional de classe profissional, quando couber.

A licitação para contratação deste objeto em único LOTE se justifica pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que a eventual opção por vários fornecedores implicaria em incompatibilidade tecnológica ou descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumentar os custos; temos a finalidade de formar um todo unitário, a exemplo de Ata de Registro de Preços firmada em 2010 pela Agência Nacional de Águas – ANA.

O parcelamento do objeto, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993, neste caso, não se demonstra técnica e economicamente viável. A licitação para contratação deste objeto em único lote não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação. Visa, tão somente, garantir a gerência segura da aquisição, e principalmente, promover ampla competição necessária em um processo licitatório. Mas também, busca atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades das mais diversas Administrações Públicas, conforme demonstrado nos autos processuais, especificamente nos artefatos da IN 04/2010 emitida pela Secretária de Logística e Tecnologia da Informação (que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal), que nos serve de referência.

Sendo assim, para que o projeto de modernização do parque de iluminação pública do município de **Faxinal dos Guedes/SC** é que se faz necessário o acesso por estes Entes Públicos ao presente Sistema de Registro de Preço, com julgamento pelo menor Preço Global, buscando o atendimento aos princípios constitucionais e da Administração Pública.

3.1 SITUAÇÃO ATUAL

A parte do sistema de iluminação pública do município na qual a eficientização é objetivada apresenta as seguintes características:

* Número de pontos luminosos (lâmpadas): **mínimo** **920 Pontos**
* Luminárias: predominantemente abertas sem alojamento para reator
* Lâmpadas: predominantemente a vapor de Sódio
* Reatores: em sua maioria eletromagnéticos de baixa perda e alto fator de potência uso externo.
* Acionamentos individuais através de relé foto eletrônico na maioria dos pontos.

Os 920 pontos indicados, são responsáveis por 98% do gasto do município com energia elétrica da Iluminação pública, pagos à respectiva concessionária. Os demais pontos não são substituíveis por luminárias tipo pública, sendo instalados em postes ornamentais, refletores, luminárias decorativas, etc. ou já foram eficientizados.

A execução da presente licitação irá possibilitar além de todos os benefícios citados, o encontro de contas entre a Município-Concessionária, de acordo com a quantidade real de pontos instalados e potência consumida.

**4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS ITENS**

4.1. LUMINÁRIAS LED TIPO PÚBLICA

As luminárias serão do tipo pública com tecnologia LED, com alimentação dos LEDs em corrente contínua (DC), vida útil do conjunto 65.000 horas¹ @L70 com declaração de garantia das luminárias LED, **por defeito de fabricação, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos**, expedida e assinada pelo fabricante da luminária e com certificado ativo conforme Portaria 20 do INMETRO.

Ainda deverá atender às seguintes especificações **com base nos dados declarados** pela Portaria 20 do INMETRO que serão consultados durante o certame pela comissão de Licitação para fins de classificação da proposta:

1. Driver com saída em corrente/tensão contínua (DC);
2. Tensão de entrada 100~250 VAC (Full range);
3. Frequência de entrada 60 Hz;
4. Controle de corrente em malha fechada;
5. Tomada para relé de 3 segmentos padrão NBR 5123 ou sistema de acionamento em função da luminosidade externa integrado ao corpo da luminária;
6. Corpo fabricado em alumínio injetado ou extrudado;
7. Acabamento em pintura eletrostática na cor CINZA;
8. Índice de reprodução de cor mínimo de 70%;
9. Fator de Potência Maior que 0,98²;
10. Grau de proteção IP66 para o produto ou, corpo óptico e driver.
11. Protetor de surtos 10kV/10kA integrado ao corpo da luminária;
12. Todos os parafusos em aço inoxidável³;
13. Cabo de alimentação com 5 metros sem emendas desde a conexão com o anti-surto, inclusive cabo de proteção PE⁴.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

¹ A vida útil exigida mínima exigida, além de atender ao mínimo solicitado pela portaria N20/2017 do INMETRO, visa atender a necessidade de retorno de investimento projetada pelo município em função da economia gerada pela substituição das luminárias antigas por luminárias de LED.

² O fator de potência exigido além de contribuir para um melhor aproveitamento do sistema energético nacional, ocupando menos o sistema durante período de ponta, visa também não onerar a fatura da energia da iluminação quando da cobrança dos reativos a ser implementada com os sistemas de telemetria, que serão a próxima etapa em termos de iluminação pública do Município.

³ Levando em consideração a vida útil exigida para produto, todos parafusos devem ser em aço inoxidável para que seja mantida constituição e funcionalidade da peça durante o tempo de vida útil do produto.

⁴Além de uma melhor condutância, o município visa com a especificação eliminar um ponto de falha (emenda), garantindo assim maior confiabilidade ao sistema como um todo.

4.1.1. Item 1 - LUMINÁRIA LED 60W

Para esse item, além das já mencionadas, as especificações são as seguintes:

1. Potência máxima 60W¹;
2. Fluxo Luminoso mínimo 8.400lm²;
3. Temperatura de cor dos LEDs 4.000K³;
4. Poderá possuir ajuste de ângulo direto na luminária, com ou sem uso de adaptador4.

4.1.2. Item 2 - LUMINÁRIA LED 120W

Para esse item, além das já mencionadas, as especificações são as seguintes:

1. Potência máxima 120W¹;
2. Fluxo Luminoso mínimo 18.700lm²;
3. Temperatura de cor dos LEDs 4.000K³;
4. Deverá possuir ajuste de ângulo direto na luminária5.

4.1.3. Item 3 - LUMINÁRIA LED 180W

Para esse item, além das já mencionadas, as especificações são as seguintes:

1. Potência máxima 180W¹;
2. Fluxo Luminoso mínimo 25.200lm²;
3. Temperatura de cor dos LEDs 4.000K³;
4. Deverá possuir ajuste de ângulo direto na luminária5.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

¹ A potência nominal máxima de cada luminária fora selecionada para atender a economicidade projetada de energia elétrica que fora em estimada em 50% em relação a fatura atual da energia.

² Os fluxos luminosos mínimos de cada luminária foram elencados de acordo com pesquisa ao site do INMETRO, garantindo a concorrência em termos de marcas que atendam as especificações, visando não apenas a economia de energia, mas o resultado luminoso na via, selecionando luminárias de alta eficiência luminosa, pois quanto maior a eficiência maior será o nível de iluminamento das vias com menor consumo de energia, de acordo com o projeto executivo a ser realizado, visando a contratação mais vantajosa ao município.

³ A temperatura de cor selecionado para as luminárias visa atender a tendência de utilização de temperaturas de cores mais baixas para contribuir com a saúde humana e menor interferência na vida animal.

⁴ O município pode, a seu exclusivo critério, fundamentado nos princípios constitucionais da economicidade e eficiência no âmbito da administração púbica, reutilizar os braços existentes em seu parque de iluminação pública que se apresentem em bom estado de manutenção e dentro de sua vida útil para receber as luminárias LED adquiridas neste certame. Neste contexto, para amenizar a instalação e compra de braços e para que mantenhamos os existentes, cujo ângulo no ponto de montagem seja superior a 5º em relação ao eixo horizontal, a luminária poderá possuir ajuste de ângulo direto na luminária, com ou sem uso de adaptador.

5 O município pode, a seu exclusivo critério, fundamentado nos princípios constitucionais da economicidade e eficiência no âmbito da administração púbica, reutilizar os braços existentes em seu parque de iluminação pública que se apresentem em bom estado de manutenção e dentro de sua vida útil para receber as luminárias LED adquiridas neste certame. Neste contexto, para amenizar a instalação e compra de braços e para que mantenhamos os existentes, cujo ângulo no ponto de montagem seja superior a 5º em relação ao eixo horizontal, a luminária deverá possuir ajuste de ângulo direto na luminária, com ou sem uso de adaptador, sendo que para tal deve ser considerado esses valores juntamente com o item solicitado.

4.1.5 Documentação de comprovação das luminárias

Para fins de comprovação das características das luminárias ofertadas pela licitante, essa deverá juntar ao envelope de proposta, sob pena de desclassificação, os seguintes documentos referentes às luminárias LED:

1. Certificado de avaliação da conformidade conforme os requisitos da Portaria nº.20 INMETRO das luminárias ofertadas.
2. Registro de objeto INMETRO ativo das luminárias ofertadas.
3. Declaração de garantia por defeito de fabricação, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, expedida e assinada pelo fabricante do produto.
4. Termo expedido pelo fabricante da luminária constando que o cabo de alimentação de 5 metros esteja ligado/conectado diretamente no anti-surto (proteção da luminária) sem emendas, inclusive cabo de proteção PE para uma melhor condutância e sem emenda até a conexão na rede.
5. Relatório de Ensaio de Eficiência Energética e Fotométrico do produto ofertado.
6. Relatório de ensaios de segurança dos produtos ofertados conforme portaria 20 INMETRO. Caso sejam apresentados ensaios de TIPO, a licitante deverá, sob pena de desclassificação, indicar quais são as luminárias (itens) validados pelo ensaio de TIPO.
7. Relatório de ensaio para Interferência eletromagnética e radiofrequência, conforme EN55015 ou CISPR 15. Caso sejam apresentados ensaios de TIPO, a licitante deverá, sob pena de desclassificação, indicar quais são as luminárias (itens) validados pelo ensaio de TIPO.
8. Relatório de ensaio conforme LM-80-15 (IESNA) ou LM-79-19 (IESNA), emitido por laboratório oficial, acreditado no INMETRO ou com acreditação internacional ISO/IEC 17025:2005 para fins específicos de ensaios elétricos.
9. O relatório de ensaio conforme LM-80-15, deverá ser acompanhado de relatório de ensaio comprovando que a temperatura do LED utilizado na luminária (ISTMT) atenda:

I - A maior temperatura medida no ISTMT deverá ficar abaixo do maior valor de temperatura do componente medido na LM-80;

II - A localização do ponto TMP deve ser igual para ISTMT, relatório da LM-80 e com a especificação do local pelo fabricante;

III - A corrente no LED, fornecida pelo controlador de LED na luminária, deverá ser inferior ou igual à corrente no LED medido para o relatório da LM-80.

4.2. BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Galvanizado por imersão a fogo com camada de 100 micras de média e 86 no ponto mínimo, **espessura da chapa #2,5mm**, com sapata de fixação, possuir furo para dois parafusos ØM16, mm e atender às seguintes Normas Brasileiras: NBR 14744 / NBR 6123 / NBR 6323 / NBR 11003.

4.2.1. Item 4 - Braço de 1,5 metros

Dimensões em milímetros conforme figura abaixo:



4.2.2. Item 5 - Braço de 3 metros

Dimensões em milímetros conforme figura abaixo:



1. **SUBSTITUIÇÃO DAS LUMINÁRIAS**

As luminárias deverão ser fornecidas na ponta dos braços de iluminação pública, para tanto deverão ser realizadas as seguintes previsões:

1. Retirada do Relé foto eletrônico.
2. Fornecimento e execução da fiação nova (incluída na especificação da luminária) e dos conectores novos (item 6) em todos os pontos.
3. Destinação final das lâmpadas e relés removidos para local adequado.
4. Transportes das luminárias e reatores em local indicado pela administração, dentro dos limites do município.
5. **SUBSTITUIÇÃO DOS BRAÇOS**

Os braços deverão ser fornecidos fixado no poste da rede de distribuição, para tanto deverão ser realizadas as seguintes previsões:

1. Parafusos ou cintas adicionais necessárias à substituição (item 7).
2. Transportes dos braços retirados para local indicado pela administração, dentro dos limites do município.
3. **COMPROVAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA**

7.1 Para fins de comprovação técnica a empresa deverá atender a todos requisitos constantes nesse item 7, sob pena de inabilitação do certame a não apresentação dos devidos documentos.

 7.1.1 Comprovação de que a licitante possui ao menos um Engenheiro Eletricista, com comprovação de vínculo, figurando como RT – Responsável Técnico da empresa, com registro no CREA;

Comprovação da qualificação técnica do profissional habilitado, indicado conforme abaixo, mediante apresentação de atestado devidamente certificado pelo CREA (CAT com Atestado) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução de obras ou serviços compatíveis em características semelhantes ao objeto licitado. Caracterizam-se como de complexidade tecnológica de maior relevância os itens a seguir, cuja CAT deverá constar:

1. Instalação e fornecimento de luminárias de LED de no mínimo 50% pontos de iluminação pública num período de 12 meses. Poderão ser somados quantitativos de atestados diferentes desde que executados comitantemente em 12 meses.

7.1.2 Os profissionais habilitados deverão comprovar seu vínculo empregatício com a empresa através de contrato de prestação de serviços ou outro instrumento que demonstrem a identificação profissional. Quando se tratar de sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma.

7.1.3 Comprovação da qualificação técnica/operacional da empresa, mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução de obras ou serviços compatíveis em características semelhantes ao objeto licitado, cujo Atestado/Certidão deverá constar: **“instalação de luminárias com tecnologia LED em vias públicas”**;

7.1.4 A licitante deverá apresentar um Termo de Compromisso Anexo F, da empresa licitante de que TODO (S) o (s) responsável (is) técnico (s), detentor (es) do (s) atestado (s) referido (s) no parágrafo anterior, será (ão) o (s) responsável (is) técnico (s) pela execução da obra. Esse Termo de Compromisso deverá ser assinado, em conjunto, pelo representante legal da empresa e pelo (s) responsável (is) técnico (s), indicado (s).

1. **LEVANTAMENTO E PROJETO EXECUTIVO**

 Logo após a assinatura da ata de registro de preços, a contratada fica ciente e obrigada a realizar levantamento em campo e com a concessionária de energia, com vistas a elaborar projeto executivo, indicando a potência a ser instalada em cada ponto, a necessidade ou não da substituição do braço e ângulo de instalação das luminárias. A escolha da luminária deverá ser pautada no atendimento a NBR 5101 tendo como base as curvas fotométricas e as características das ruas do município.

 A assinatura do contrato fica convencionada a entrega do projeto executivo, em até 30 dias da assinatura da ata, sob pena de distrato da contratação.

1. **GARANTIA DAS LUMINÁRIAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

A contratada deverá assegurar a contratante a garantia por defeito de fabricação das luminárias LED pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de instalação. A garantia dos itens defeituosos não se estendem, estritamente, a:

1. Descarga Atmosféricas;
2. Vandalismo;
3. Danos provocados por queda, impacto, enchente;
4. Defeitos causados por caso fortuito ou força maior;
5. Produtos alterados e/ou modificados;
6. Produtos que não tenham sido instalados pela contratada.
7. Oscilações na rede fora da tensão especificada e devidamente comprovada.

A contratada deverá assegurar o prazo de substituição dos produtos defeituosos, cobertos pela garantia, de no máximo 7 dias úteis contados da solicitação da administração. Sendo a retirada do produto defeituoso e a reinstalação, após o recebimento definitivo do objeto às expensas da contratante.

Após o término da garantia contratual o fabricante deverá disponibilizar no mercado, direta ou indiretamente, placa, driver e corpo ótico, por até 5 (cinco) anos, dos produtos ofertados. Esta condição deve ser formalizada por escrito e apresentada simultaneamente com as demais certificações técnicas dos produtos ofertados.

1. **DAS AMOSTRAS**

A licitante classificada com a melhor proposta comercial deverá fornecer uma amostra referente a cada luminária e/ou projetor LED ofertados, conforme as especificações contidas em sua proposta comercial, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sessão de julgamento ou outra data a ser fixada pela Comissão de Licitação e convocada as empresas participantes da licitação para aferição do objeto entregue.

As amostras deverão estar identificadas com etiqueta contendo: razão social da licitante, marca e modelo da luminária.

As amostras deverão ser entregues no departamento de licitações de **Faxinal dos Guedes** – SC, em dia a ser marcado, em horário comercial para aferição dos interessados.

1. **ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DO PARQUE LUMINOTÉCNICO**

Deverá ser realizado, após a conclusão da entrega dos bens, de forma MENSAL, como critério necessário para aprovação do recebimento definitivo, regularização do consumo do parque luminotécnico junto à CELESC ou a Concessionária distribuidora de energia no Município, referente as luminárias LEDs instaladas.

FAXINAL DOS GUEDES/RS, 24 DE AGOSTO DE 2021

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL